

CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – MARÇO/2018

Prazo	Obrigação	Disposição Legal
Até dia 29	As Prefeituras devem fazer a transferência dos valores equivalentes a 25% das receitas vinculadas à educação referentes ao arrecadado no período de 11 a 20 deste mês.	§ 5º, do artigo 69, da Lei nº 9.394/1996.
Até dia 29	O Poder Público responsável pela assinatura do contrato deverá encaminhar, para fins de fiscalização e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo parceiro contratado relativamente aos contratos de PPP em exame no TCE-SP, a cópia de documentos descritos no artigo 85, das Instruções nº 02/2016, do TCE-SP, retratando o respectivo período anual encerrado.	Art. 85, das Instruções nº 02/2016, do TCE- SP.
Até dia 29	Os órgãos municipais responsáveis pela arrecadação devem disponibilizar na Internet, os dados relativos aos montantes de cada um dos tributos e contribuições arrecadados e recursos recebidos, incluídos os destinados à seguridade social, se houver, referente o mês janeiro/2018.	Inc. I, do artigo 2º, da Instrução Normativa nº 28/1999 do T.C.U., e § 1º c/c inc. I, do artigo 1º, da Lei nº 9.755/1998.
Até dia 29	Os órgãos e entidades municipais devem disponibilizar na Internet, os dados e informações contendo a relação de todas as compras realizadas no mês de janeiro/2018.	Inc. XXIV, do artigo 2º, da Instrução Normativa nº 28/1999 do T.C.U., e § 6º c/c inc. VI, do artigo 1º, da Lei nº 9.755/1998.
Até dia 29	Os órgãos municipais devem dar publicidade no quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração direta ou indireta no mês de fevereiro/2018.	"caput", do artigo 16, da Lei nº 8.666/1993.
Até dia 29	Os municípios devem divulgar por meio de publicação, o demonstrativo mensal do montante de cada um dos tributos arrecadados, e os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio relativos ao mês de fevereiro/2018.	Art. 162, da Constituição Federal.
Até dia 29	Os órgãos e entidades responsáveis pela gestão e acompanhamento de convênios devem disponibilizar na internet os dados e informações acerca de recursos repassados no mês de janeiro/2018.	Inc. II, do artigo 2º, da Instrução Normativa nº 28/1999 do TCU.
Até dia 29	Os Poderes Executivo e Legislativo devem publicar na imprensa escrita a relação dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos.	Art. 39, § 6º da Constituição Federal.
Até dia 29	O órgão público que possui servidores expostos ou não a agentes nocivos, considerados para fins de aposentadoria especial, deve atualizar o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador.	§ 6º, do artigo 68, do Decreto nº 3.048/1999. Instrução Normativa INSS/PRES nº 77/2015. Súmula Vinculante nº 33 do STF e Instrução Normativa SPS nº 3/2014
Até dia 29	Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta do FUNDEB no exercício anterior, poderão ser utilizados pelas Prefeituras mediante abertura de crédito adicional. OBS.: Os recursos correspondentes devem ser movimentados em conta bancária específica, com a seguinte denominação: Parcela Diferida do FUNDEB - § 2º, do artigo 21, da Lei nº 11.494, de 2007.	§ 2º, do artigo 21, da Lei nº 11.494/2007. Comunicado SDG Nº 07/2009.
Até dia 29	As Prefeituras devem publicar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária correspondente ao 1º bimestre de 2018. OBS.: Todos os municípios.	§ 3º, do artigo 165, da Constituição Federal, e "caput", do artigo 52 c/c § 2º do mesmo artigo, da Lei Complementar nº 101/2000.
Até dia 29	Municípios que têm Previdência Própria – Deverão publicar o demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas até o 1º bimestre de 2018.	§ 2º, do artigo 2º, da Lei nº 9.717/1998.
Até dia 29	As Prefeituras devem inserir por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, as informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO a que se refere o art. 52, da LC nº 101/2000, referentes ao 1º bimestre de 2018. OBS.: Para os municípios com mais de 50 mil habitantes, e para aqueles que não optaram pela divulgação semestral.	Inc. I, do artigo 4º, da Portaria STN nº 841/2016.
Até dia 29	Data final para o preenchimento e envio dos dados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) – Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referente ao 1º bimestre de 2018. OBS.: A não transferência dos dados será registrada como pendência e implicará no bloqueio das transferências voluntárias (convênios).	Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016 . § 3º, do art.165, da Constituição Federal e no art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Até dia 29	Municípios que têm Previdência Própria – Encaminhar à Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPS, por meio eletrônico, o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR do Regime Próprio de	Alínea "d", do inc. XVI c/c inc. II, do § 6º, ambos do artigo 5º, e § 3º, do artigo 7º, ambos da Portaria MPS nº 204/2008.

	Previdência Social - RPPS, relativo ao 1º bimestre de 2018. OBS.: O Demonstrativo será encaminhado no endereço eletrônico do MPS na Internet, conforme estipulado pela SPS.	
Até dia 29	Municípios que têm Previdência Própria - Encaminhar à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPS, por meio eletrônico, o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, relativo ao 1º bimestre de 2018. OBS.: O Demonstrativo será encaminhado no endereço eletrônico do MPS na Internet, conforme estipulado pela SPS.	Alínea "h", do inc. XVI c/c inc. II, do § 6º, ambos do artigo 5º, da Portaria MPS nº 204/2008.
Até dia 29	As Prefeituras devem publicar os demonstrativos que acompanham o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referentes ao 1º bimestre de 2018. OBS.: Para os municípios com mais de 50 mil habitantes, e para aqueles que não optaram pela divulgação semestral.	Arts. 52 e 53, da Lei Complementar nº 101/2000.
Até dia 29	As Prefeituras devem publicar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária correspondente ao 1º bimestre de 2018. OBS.: Todos os municípios.	§ 3º, do artigo 165, da Constituição Federal, e "caput", do artigo 52 c/c § 2º do mesmo artigo, da Lei Complementar nº 101/2000.
Até dia 29	Municípios que têm Previdência Própria - Devem publicar o demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas até o 1º bimestre de 2018.	§ 2º, do artigo 2º, da Lei nº 9.717/1998.
Até dia 29	As Prefeituras devem transmitir via internet no Ministério da Saúde as informações relativas às ações e serviços de saúde, no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS, referentes ao 1º bimestre de 2018. OBS.: Os municípios inadimplentes terão os repasses de receitas suspensas.	Portaria GM/MS nº 2.047/2002. Ministério da Saúde (DATASUS). Lei Complementar nº 141/2012. Art. 15 da Portaria MS nº 53, de 16/01/2013. Decreto nº 7.827/2012.
Até dia 29	Os Municípios que optaram pelo regime especial de pagamento dos precatórios, devem realizar o depósito mensal em conta especial, do montante destinado à saldar os precatórios vencidos e a vencer.	Inc. I, do § 1º, do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT. NOTA TÉCNICA nº 27/2013, da GEPAM.
Até dia 29	O órgão responsável pela administração da conta do Fundo do Direito da Criança e do Adolescente deverá apresentar à Receita Federal, a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), referentes às doações efetuadas ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. OBS.: O programa e as instruções para preenchimento da DBF estão disponíveis no endereço http://www.receita.fazenda.gov.br .	Art. 4º, da Instrução Normativa RFB nº 1.307/2012, e artigos 4º e 6º c/c artigos 8º e 57, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.131/2011.
Até dia 29	Municípios que têm Previdência Própria - Encaminhar à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPS, por meio eletrônico, o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. OBS.: O Demonstrativo será encaminhado no endereço eletrônico do MPS na Internet, conforme estipulado pela SPS. Os entes que não enviarem o DRAA ficam impedidos de receber recursos do Governo Federal e de celebrar convênios organismos nacionais e internacionais.	Alínea "b", do inc. XVI c/c inc. I, do § 6º, ambos do artigo 5º, da Portaria MPS nº 204/2008.
Até dia 29	O Conselho de Alimentação Escolar - CAE deverá encaminhar o parecer conclusivo ao FNDE, acerca da prestação de contas dos recursos destinados ao PNAE, no Sistema de Gestão de Conselhos - SIGECON.	Art. 45, da Resolução/CD/FNDE nº 26/2013.
Até dia 29	O Poder Executivo deverá limitar os empenhos, caso não tenham sido alcançadas as metas de realização das receitas do 1º bimestre de 2018.	Art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000. (Vide L.D.O.).
Até dia 29	A Prefeitura deve transmitir à Fazenda Estadual, a Declaração para o Índice de Participação dos Municípios - DIPAM-A.	MANUAL DA DIPAM 2017. 7ª versão. Art. 5º da Portaria CAT nº 36/2003.
Até dia 29	Os Municípios com Regime Próprio de Previdência Social devem realizar a inclusão das informações dos dados contábeis, orçamentários e fiscais relativos ao encerramento de 2017, pelo CADPREV-WEB. OBS.: Alternativamente às informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais pelo SICONFI, os entes federativos poderão manter o envio dos demonstrativos contábeis pelo CADPREV-WEB.	Inc. II, do § 16, do artigo 5º, da Portaria MF nº 333/2017.



Até dia 29	O gestor municipal deverá enviar o Relatório de Gestão anual ao respectivo Conselho de Saúde, relativo às informações do exercício anterior.	§ 1º, do artigo 36, da Lei Complementar nº 141/2012.
Até dia 29	As Sociedades de Economia Mista não Dependentes e as Empresas Públicas não Dependentes deverão encaminhar nesta data ao TCE-SP, documentos, relativos ao exercício anterior, via web, diretamente no processo eletrônico previamente autuado para exame das contas OBS.: Desde que não tenham se submetido ao procedimento definido no art. 45 destas Instruções nº 02/2016, que estabelece até o dia 31 de maio, quando realizarem Assembleia Geral Ordinária.	Art. 46, das Instruções nº 02/2016, do TCE-SP.
Até dia 29	Os consórcios intermunicipais personalizados juridicamente deverão encaminhar ao TCE-SP, na forma definida no art. 45, das Instruções nº 02/2016, a documentação relativa ao exercício anterior, via web, diretamente no processo eletrônico previamente autuado para exame das contas.	Art. 47, das Instruções nº 02/2016, do TCE-SP.

Atenciosamente,

GEPAM, 23 de março de 2018